

Parte I

ÉTICA E ANTROPOLOGIA: ASPECTOS GERAIS

ÉTICA E AS NOVAS PERSPECTIVAS DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

Guita Grin Debert

Quando entrevistei o pároco da vizinhança em que cresci, constatei que ele se lembrava de mim como uma criança de classe média, que freqüentava a igreja com relativa assiduidade, e também que partia do princípio que nossa posição política seria idêntica. Como nada me perguntou, nada lhe esclareci. Em vista disso, ele não hesitou em me contar como examinava, com a maior cautela, todos os pedidos de emprego na fábrica local a fim de que ninguém com tendências esquerdistas tivesse a mais remota chance de ali conseguir trabalho. Essa entrevista veio a ser a primeira prova documentária concreta de algo que, indiretamente, sempre soubéramos: o papel desempenhado pela Igreja na discriminação política, naquele contexto específico. É evidente que, por saber que o uso que eu faria do material iria de encontro às expectativas do clérigo, fui rigorosamente ético em termos profissionais. Dei-lhe o manuscrito para ler, obtive sua aprovação por escrito das citações, antes de publicá-las, e assim por diante. Abstive-me de informá-lo sobre o contexto em que situaria o material, bem como a interpretação que a ele daria, este representa um bom exemplo, creio eu, de manipulação “ética” – neste caso, espero, por uma boa causa (PORTELLI, 1997, p. 28).

Esse é um trecho de um artigo em que Alessandro Portelli caracteriza com precisão uma das dimensões que têm sido pouco tratadas quando discutimos procedimentos éticos e códigos de ética na investigação científica. Nesses debates, a reflexão tem privilegiado situações de pesquisa marcadas por uma relação de desigualdade entre pesquisador e pesquisado: o antropólogo é alguém que ocupa não apenas uma posição de saber, mas é também detentor de *status*, prestígio e poder num mundo em que os grupos pesquisados são desprivilegiados, vítimas de formas de opressão e dominação, minorias em situação de vulnerabilidade. Dessa perspectiva, nos debates sobre ética, procedimentos éticos e códigos de ética, os interesses dos grupos pesquisados devem preceder os interesses da pesquisa. São temas centrais da discussão o caráter do consentimento (formal ou informal) do grupo investigado, o tipo de informação que o pesquisado deve obter da pesquisa de que participa, a capacidade legal e intelectual dos entrevistados de entender a pesquisa proposta e as formas de coerção que podem estar envolvidas nessa relação. Avaliam-se também os riscos envolvidos na publicação dos resultados, porque nossas conclusões não podem constranger, humilhar ou trazer prejuízos para as populações estudadas. Além disso, ganha centralidade no debate o tema dos modos de restituição aos sujeitos pesquisados do saber que

construímos a partir deles. Devem eles ter acesso em primeira mão à obra produzida? Qual será sua participação nos lucros obtidos com os resultados das pesquisas empreendidas ou com a divulgação das imagens por eles confeccionadas ou que confeccionamos a partir deles?

Meu interesse neste trabalho é, no entanto, trazer o debate para outras situações em que a relação entre pesquisador e pesquisado se inverte, ou, pelo menos, em que a desigualdade entre as partes não é tão evidente. Falo como alguém que tem inserido suas pesquisas no campo da Cultura e Política e que considera que a antropologia está muito bem equipada para entender a lógica a partir da qual grupos muito poderosos operam, mesmo quando eles provocam nossos sentimentos mais fortes de indignação. É parte da responsabilidade do antropólogo denunciar essas formas de operação e o caráter das práticas que podem ser nefastas para a sociedade como um todo ou para os grupos que tradicionalmente têm sido estudados pela antropologia. É a partir dessa postura que gostaria de discutir a ética na pesquisa, nas entrevistas e nas imagens. Com essa finalidade, na primeira parte do meu texto, traço em linhas gerais o que considero como desafios centrais da pesquisa na área de cultura e política, dando ênfase à importância do estudo de grupos detentores de poder e empenhados no exercício de formas específicas de dominação. No segundo item, discuto algumas das reformulações que devem ser feitas na forma como tradicionalmente o antropólogo trabalha para que ele possa dar conta desse desafio. Por fim, retomo a questão dos códigos de ética, considerando que eles têm se constituído não apenas em uma defesa de direitos das populações pesquisadas, mas também devem ser compreendidos como uma forma de defesa do pesquisador e da comunidade científica e, nesse sentido, seu interesse e suas características devem ser avaliadas com um cuidado redobrado.

Cultura e política e os novos temas da pesquisa antropológica

A antropologia foi caracterizada como a disciplina mais indisciplinada das ciências humanas e, certamente, seu fascínio se deve em grande medida ao fato de a reflexão proposta ao longo de sua história não se prender às fronteiras geográficas, temáticas e metodológicas. Essa indisciplinada não impediu seu desdobramento em um leque bastante grande de áreas de estudos específicos que, particularmente nos Estados Unidos, definiram projetos de pesquisas e organizaram os pesquisadores em associações e sociedades com estruturas e dinâmica próprias. Por essa razão, tem sido cada vez mais importante dizer de onde falamos quando se pensa nos desafios da pesquisa antropológica.

No Brasil a área que, de maneira pioneira, foi chamada de Cultura e Política, institucionalizou-se através da ação de grupos de trabalho nas reuniões bienais da ABA, nos encontros da ANPOCS e também como

um campo de ensino e pesquisa no Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. Essa área trouxe frutos extremamente interessantes quando, analisando nossa própria sociedade, constituímos os pobres, os desprivilegiados e as minorias étnicas discriminadas em nosso objeto privilegiado de pesquisa, em nosso “outro”. Com estudos minuciosos mostramos como esses grupos desafiavam as formas de dominação de maneira inusitada pelas teorias sociológicas, que enfatizavam a função homogeneizadora e opressora das tecnologias de poder.

Atualmente, contudo, considero que o desafio mais instigante da antropologia brasileira nesta área é a busca de acessos privilegiados para a compreensão deste “nós” que tão prontamente opomos aos “outros”, de forma a problematizar a familiaridade com que eles têm sido tratados pelos antropólogos e outros cientistas sociais. Nessa direção, ganharam relevância temas como os partidos e outras instituições políticas, o sistema de segurança e de justiça, a corrupção, as instituições de ensino e o exercício do saber científico. Quando penso nos desafios que esse leque de temáticas propõe, gosto de lembrar de um artigo de Laura Nader publicado em 1969, numa coletânea organizada por Dell Hymes, intitulada *Reinventing anthropology*. Nesse artigo é feito um apelo aos antropólogos norte-americanos para que se voltem ao estudo de sua própria sociedade, especialmente para a compreensão de como o poder e a responsabilidade são exercidos nos EUA. Três razões são alegadas pela autora para justificar esse novo programa de pesquisas: o programa teria um efeito energizador da disciplina; a antropologia estaria cientificamente adequada para tal empreendimento; e, tratar-se-ia de um empreendimento que tem relevância democrática. Vale a pena retomar cada uma dessas razões que considero centrais na avaliação de novas tendências da disciplina e na reflexão sobre seus dilemas éticos.

Com a expressão “efeito energizador”, Nader procurava chamar a atenção para a importância da indignação como um motivo na definição dos temas da pesquisa antropológica, lembrando que desde os primeiros estudos dos sistemas de parentesco e organização social, como em Morgan, por exemplo, não esteve ausente a indignação com a forma pela qual os índios americanos eram tratados e expulsos de seus territórios. Entretanto, os estudantes de antropologia norte-americanos não se voltam para pesquisas que provocam seus sentimentos de indignação. Os jovens antropólogos sabem que existem problemas fundamentais que afetam o futuro do *Homo Sapiens*, mas ainda estão presos a uma agenda de pesquisas que depois dos anos 50 deixou de provocar esse tipo de emoção.

A antropologia, de acordo com Nader, estaria especialmente qualificada para refletir sobre a forma como poder e responsabilidade são exercidos. Suas pesquisas sempre tiveram que ser

ecléticas nos métodos utilizados, e sua abordagem do que está envolvido na compreensão da humanidade é ampla, posto que os antropólogos se especializaram na compreensão de culturas em contextos transculturais. Os antropólogos aprenderam, ainda, a encontrar e analisar redes de poder, descrever costumes, valores e práticas sociais que não estão registrados em linguagem escrita. A leitura da quantidade avassaladora de material escrito, que instituições poderosas produzem, ajuda pouco no estudo de como decisões são tomadas no Congresso ou em uma empresa, de como determinadas políticas são implementadas ou temas para pesquisa são definidos como prioritários e recebem financiamentos específicos. Para entender essas questões, é preciso se debruçar sobre redes de relações, valores e práticas que dificilmente são identificadas no papel. Exigem, antes, o treino e a familiaridade com que o antropólogo trabalha com o princípio de reciprocidade e com a dimensão cultural, quando analisa práticas que não podem ser explicadas como frutos de cálculos racionais.

A “relevância democrática” de tal programa de pesquisas, de acordo ainda com essa autora, estaria no fato de que o povo americano não conhece suas próprias leis e não sabe como funcionam as organizações burocráticas que usa. Não podemos deixar que o aprendizado de nossos direitos fique inteiramente a cargo da mídia. A antropologia pode e deve ampliar o escopo do seu público e está bem equipada para descrever um sistema que se conhece vagamente e que tem um peso fundamental no direcionamento da nossa vida.

Esse tipo de proposta, no contexto norte-americano, causa ainda uma série de objeções, relacionadas com a idéia de que o trabalho de campo – de modo a garantir o estranhamento – deve ser feito em uma outra cultura, de preferência não-ocidental. Nader considera, entretanto, que a pesquisa num banco, numa firma americana, num laboratório ou no Congresso pode ser para o antropólogo uma experiência mais bizarra do que uma aldeia mexicana.

Esse não é um problema sério para o antropólogo brasileiro porque sempre, por diferentes razões, estudamos nossa própria sociedade. E como mostrou Eunice Durham (1986), no artigo “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, escrito em 1984, apesar de nossos “deslizes semânticos” fomos capazes de produzir uma nova e instigante antropologia de nós mesmos, especialmente quando os grupos pesquisados pelos antropólogos e que eram vistos como marginais ganharam centralidade na cena política emergindo como os novos atores políticos. Os estudos detalhados da vida nos bairros de periferia, dos novos movimentos sociais, da umbanda, das comunidades eclesiais de base, do pentecostalismo, feminismo e sexualidade ofereceram um novo panorama da vida política brasileira. O estilo quase desprovido de termos técnicos, com o qual

apresentamos nossos dados, favoreceu o acesso a um público que ultrapassa antropólogos ou cientistas sociais; e nossas discussões se ampliaram para além dos muros da universidade, com o conseqüente sucesso de uma disciplina que antes era vista como marginal, ou menor, nas Ciências Sociais.

Contudo, a área de Cultura e Política tem ampliado seu universo de trabalho de modo a abarcar a investigação de grupos e instituições poderosas e de temas que eram privilégio quase que exclusivo da ciência política e da sociologia. É preciso atentar para o modo pelo qual, nesse processo, refocalizamos os sujeitos da nossa pesquisa e alguns dos instrumentais clássicos do trabalho antropológico.

Revisão dos pressupostos da pesquisa antropológica

Fica cada vez mais claro para nós, antropólogos, que nosso trabalho não pode se limitar ao estudo de grupos que se definem como estando mais ou menos isolados em um mundo em que globalização e fragmentação se combinam de maneira inusitada, em que as fronteiras entre os grupos não são nítidas, mas as particularidades e o conhecimento local são exaltados. O estudo de cada parte revela pouco sobre processos mais gerais que combinam integração e fragmentação. As formas de interlocução entre fragmentos que aparentemente estão desconectados precisam ser estudadas.

Essa necessidade de refocalizar os temas e os universos da pesquisa marcou meu trabalho sobre a velhice. Voltada, no início, para a descrição de como os idosos representavam sua experiência de envelhecimento, buscou analisar locais privilegiados como praças e jardins públicos, asilos, programas para a terceira idade, associações de aposentados.

Entretanto, para compreender a experiência de envelhecimento e a novidade com que os mais velhos se defrontavam, era preciso descrever o modo pelo qual a velhice é transformada em um problema que preocupa a sociedade, ganhando visibilidade na mídia e se constituindo em um campo de saber especializado. Um campo com *experts* encarregados de definir não apenas quais são as necessidades dos idosos e os problemas que eles enfrentam na atualidade, mas também incumbidos da formação de outros especialistas para atender a essas necessidades e resolver esses problemas. Era preciso reconhecer a existência de forças dinâmicas, situadas fora dos grupos de idosos pesquisados – como os gerontólogos, de um lado, e a mídia, de outro – em um processo dinâmico de interlocução que exige redefinições constantes em seus respectivos discursos. Forças que dispõem de aparatos extremamente eficazes na divulgação de discursos e imagens que passam a impregnar a reflexão de cada idoso sobre o que é a velhice e a sua experiência pessoal.¹

Essa refocalização dos objetos de estudo exige, por um lado, a revisão da centralidade que a observação participante tem no trabalho antropológico e, por outro, o abandono da idéia de que uma identificação empática com os nossos informantes é necessária para apreender as categorias através das quais eles operam.

A definição dos temas de pesquisa não pode, assim, prender-se à possibilidade de delimitação de um lugar em que a observação participante poderá ser realizada de acordo com os cânones tradicionais do fazer etnográfico. Quando o interesse é a interlocução entre os fragmentos, é preciso buscar acessos privilegiados para a pesquisa e nem sempre esses acessos são aqueles que possibilitam a realização do trabalho de campo nos moldes tradicionalmente propostos pela pesquisa antropológica. Além disso, nosso acesso às instituições governamentais, agências de publicidade, laboratórios de medicamentos e cosméticos, clínicas e consultórios fica prejudicado se dissermos com clareza quais são os objetivos e as hipóteses que organizam nossa pesquisa.

Da mesma forma, quando o interesse é entender a competição por recursos financeiros e políticos que profissionais ou instituições mantêm – na disputa pelo monopólio sobre questões que afetam suas populações-alvo –, perde sentido a idéia de que é necessária uma identificação empática com os grupos estudados, para apreender as categorias culturais através das quais eles articulam sua experiência social e ordenam práticas específicas. É preciso, antes, explorar o potencial da pesquisa antropológica para entender a lógica a partir da qual os grupos mais poderosos operam, mesmo quando eles provocam nossos sentimentos mais fortes de indignação.

Pode-se dizer que é nessa direção que Geertz (1983) aponta ao considerar que uma etnografia do pensamento moderno é um “projeto imperativo”, mostrando o interesse do instrumental antropológico no estudo dos cientistas e acadêmicos. O potencial da pesquisa antropológica no estudo desses grupos não pode se limitar a mostrar como eles organizam seu mundo de significados, nem a descrição do mundo em que esses significados ganham sentido. Não se trata apenas de tornar esse “outro” menos enigmático, como quer Geertz. É especialmente importante analisar como os significados produzidos pelos cientistas afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana e dos grupos tradicionalmente pesquisados pelos antropólogos, politizando o debate em domínios que reagem veementemente a qualquer tentativa de politização.

Nesse sentido, falar da velhice como um problema social não é apenas propor um combate aos preconceitos, ao isolamento e à solidão, nem apenas sugerir formas de melhorar as condições de vida do velho pobre. É também fazer cálculos dos custos financeiros que o crescimento da população idosa traz para a sociedade, transformando o custo do

envelhecimento em um perigo, em uma ameaça para a perpetuação da vida social. O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem a autoridade legítima de definir as categorias de classificação dos indivíduos e de reconhecer neles os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.

Instituições sociais, como a aposentadoria, criadas para gerir riscos, são transformadas em fontes de produção de outros riscos considerados inviabilizadores do sistema. Daí a urgência, por um lado, da compreensão da lógica que organiza as concepções de agentes tão poderosos sobre o que é a boa vida e a dignidade humana e, por outro, da necessidade de politizar esse campo que se apresenta como sendo de pura neutralidade contábil.

Tratar do envelhecimento, em um contexto em que ele se transforma em um novo mercado de consumo é, ademais, ver a criação de uma série de etapas intermediárias que separam a vida adulta da velhice, como a menopausa, a terceira idade, a aposentadoria ativa. Nesse contexto a juventude deixa de ser algo que se possui ou não, uma etapa no desenvolvimento de cada um, e se transforma em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer momento da vida, independentemente da idade cronológica, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas.

A velhice pode assim ser transformada em ameaça à perpetuação da vida social ou em um problema de indivíduos negligentes que não souberam permanecer jovens, definindo novos estilos e consumindo as tecnologias capazes de adiar indefinidamente os problemas do idoso.

A antropologia, explorando sua competência no desvendamento das lógicas através das quais o “outro” opera, tem sua relevância democrática na medida em que pode politizar o debate em domínios pouco constituídos politicamente e que têm servido de oportunidade para o exercício de magistraturas que se pretendem metapolíticas.

A antropologia, como mostrou Nader, encontra-se especialmente adequada para responder a esse novo desafio, que exige, no entanto, uma revisão dos pressupostos éticos com os quais os antropólogos tradicionalmente trabalharam. Na pesquisa com as minorias desprivilegiadas é central a idéia de que as populações estudadas devem ser informadas sobre a natureza da pesquisa desenvolvida e de que os resultados obtidos na investigação não podem prejudicá-las. O estudo dos grupos privilegiados não se reduz a mostrar que os cientistas, por

exemplo, não têm a neutralidade científica pretendida, mas é preciso analisar como os significados por eles produzidos afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana e dos grupos tradicionalmente pesquisados pelos antropólogos, redefinindo vínculos sociais, projetos e expectativas.

A relevância democrática da antropologia exige que possamos denunciar práticas que afetam e podem ser nefastas ao destino e à dignidade humana, mesmo que para entrar no universo desses *experts* jamais possamos dizer com clareza o que de fato estamos pesquisando, qual o objetivo e as hipóteses que organizam o nosso trabalho. A politização das questões com as quais eles trabalham é, certamente, uma forma de prejudicar o conforto com que eles operam.

Código de ética e a manipulação ética por boas causas

Os manuais sobre pesquisa qualitativa em português são ainda em número bastante reduzido e o interesse pela iniciação científica, que tem marcado a graduação em ciências sociais, acaba levando os estudantes à consulta de livros mais antigos, que, tendo sido peças fundamentais na nossa formação, acabaram sendo por nós, professores, esquecidos. Assim, foi uma surpresa encontrar num projeto de iniciação científica, que orientei no ano passado, a seguinte citação de Oracy Nogueira, professor de métodos e técnicas da pesquisa de boa parte dos cientistas sociais da minha geração que fizeram a graduação em São Paulo:

O investigador precisa, enfim, descobrir um papel e uma posição que o deixem à vontade perante os investigados e que também ponham estes à vontade perante ele. As informações prévias sobre o grupo a ser investigado, por exemplo, poderão indicar-lhe se deverá ou não revelar, desde o início, suas intenções de pesquisador; se deve tomar notas e fazer registros abertamente ou se deve adotar um pretexto – uma atividade ocupacional, necessidade de repouso, férias, turismo etc. – para justificar sua presença na comunidade (NOGUEIRA, 1977, p. 96-97).

Apenas 20 anos separam essas considerações de Oracy Nogueira do trecho do artigo de Portelli, que serviu como epígrafe a este texto. Mas já é praticamente um reflexo de orientador de pesquisa dizer ao aluno que ele não pode usar essa citação para explicar como vai proceder em seu trabalho.

Nos últimos anos ficou cada vez mais evidente a tendência das agências de fomento à pesquisa não financiarem investigações se o projeto não vier acompanhado do acordo informado, por escrito e assinado, da população, de seus representantes ou da instituição que será pesquisada. Da mesma forma, algumas revistas científicas não publicam artigos que não apresentam prova de consentimento informado dos sujeitos estudados.

Não só os temas da pesquisa antropológica se ampliaram em diferentes direções, como os grupos tradicionalmente pesquisados estabeleceram relações muito diferentes com os pesquisadores e o com o modo de divulgação das pesquisas sobre eles. Grupos indígenas, por exemplo, de maneira cada vez mais efetiva contam com associações e advogados empenhados em defender os seus direitos sobre suas produções. As entrevistas e, sobretudo, as imagens que produzimos podem ser objeto de disputa judicial e por isto precisamos de alguma forma orientar nossos alunos sobre como agir neste novo contexto. É, portanto, fundamental termos em mente a distância que separa os empreendimentos nos quais estamos envolvidos daqueles que exercíamos há 20 anos.

Não podemos desconhecer a força e o sentido que as exigências éticas da pesquisa ganham hoje em dia, tampouco que os pesquisadores têm que estar armados para esse tipo de exigência num contexto em que os recursos da pesquisa e o interesse por elas se ampliaram enormemente. É imprescindível dispormos de um código de ética da pesquisa científica porque ele oferece também uma proteção ao pesquisador e à comunidade científica. Obviamente, um código não substitui o bom senso e não elimina os cursos de antropologia que ministramos, voltados para a análise dos dilemas éticos que antropólogos enfrentaram em diferentes contextos e do modo como agiram em cada uma dessas situações. Contudo, propor um código de ética é uma tarefa monumental. Como criar um código de ética que não imponha a todas as disciplinas parâmetros específicos exclusivos da pesquisa em certas áreas disciplinares? Como criar um código que não seja tão vago a ponto de não poder impor limites a certas práticas de pesquisa e que seja tão restritivo e exija procedimentos tão lentos e burocratizados que inviabilize a investigação e perca o respeito dos pesquisadores?

Será que para renovar nossa agenda de pesquisa e garantir a relevância democrática da nossa disciplina só nos resta fazer manipulações éticas em nome de boas causas?

Nota

¹ Ver DEBERT, 1999.

Referências

DURHAM, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP, 1999.

GEERTZ, C. *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (Ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Vintage Books, 1969.

NOGUEIRA, O. *Pesquisa social: introdução às suas técnicas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*, n. 15, São Paulo, p. 13-47, abr. 1997.